



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL  
Ata da 202ª reunião, realizada em 26 de junho de 2025

1 Em 26 de junho de 2025, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de  
2 Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente  
3 e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente  
4 suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Ariel Chaves  
5 Santana Miranda, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Victor Augusto Gomes  
6 Prosdocimi, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Henriqueta Vasconcelos Lemos  
7 Correia, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Vitor Takahashi Rosa, da  
8 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Jeffiter Rodrigues de Oliveira, do Conselho Regional de Engenharia e  
9 Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Adenilson Brito Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); João  
10 Augusto de Pádua Cardoso, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia  
11 Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG); Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca, do Ministério do Meio  
12 Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM);  
13 Thiago Augusto Vale Lauria, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); Representantes da  
14 sociedade civil: Henrique Damásio Soares, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais  
15 (Faemg); Danielle Maciel Ladeia Wanderley, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); João  
16 Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado  
17 Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG); Adriano Viana Espeschit, da Associação Comercial de Minas Gerais  
18 (ACMinas); Neide Nazaré de Souza, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Ronaldo Costa  
19 Sampaio, da Associação Mineira Lixo Zero (Amliz); Alexandre Henriques de Souza Lima, do Serviço Nacional de  
20 Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais (Senar-AR/MG); Cyro Drumond Colares Moreira, da  
21 Associação Brasileira dos Engenheiros Civis (Abenc/MG); Daniela Cavalcante Pedroza, da Sociedade Mineira de  
22 Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente suplente Yuri  
23 Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 202ª reunião da Câmara Normativa e Recursal. **2) EXECUÇÃO DO HINO**  
24 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não houve  
25 comunicados. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “Boa tarde,  
26 senhor presidente, boa tarde, senhores conselheiros, boa tarde a todos que nos assistem e nos ouvem pelo  
27 YouTube. Eu vou ler um memorando, que o secretário Adjunto nos solicitou: ‘Memorando SEMAD Gab/Adjunto nº  
28 75/2025. Belo Horizonte, 24 de junho de 2025. Para Vânia Sarmento, Assessoria de Órgãos Colegiados. Assunto:  
29 consulta pública aprimoramento COPAM E CERH/MG. Prezada assessora, considerando a diretriz de  
30 aperfeiçoamento dos órgãos colegiados com a participação e contribuições da sociedade e que a partir dessa  
31 motivação já foi publicada a prorrogação do mandato dos atuais conselheiros, solicito que seja apresentado  
32 formalmente cronograma de consulta pública de aprimoramento do Decreto nº 46.953, de 23/2/2016, e do Decreto  
33 48.209, de 18/6/2021. O formulário para contribuições deve ser disponibilizado a partir do mês de julho, e após a  
34 consolidação e avaliação técnica o resultado deverá ser apresentado para apreciação em Plenário do COPAM e do  
35 CERH/MG. Solicito ainda, visando à ampla divulgação, a inserção de comunicado aos conselheiros em todas as  
36 reuniões, até a conclusão da consulta pública. Atenciosamente, Leonardo Monteiro Rodrigues, secretário de Estado  
37 Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, secretário executivo do COPAM e do CERH/MG.’ Muito  
38 obrigada, senhor presidente.” Presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado, Vânia. Qualquer  
39 dúvida adicional, por favor, entrem em contato com a Assoc, com a Vânia e a equipe dela.” **5) EXAME DA ATA DA**  
40 **201ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 201ª reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada em  
41 24 de abril de 2025. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, Crea, Segov, MMA, AMM, MPMG, Faemg, Fiemg, Ibram,  
42 CMI, ACMinas, Zeladoria do Planeta, Amliz, Senar, Abenc e SME. Ausências: PMMG e ALMG. **6) MINUTA DE**  
43 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 6) Minuta de Deliberação Normativa COPAM**  
44 **que altera a Deliberação Normativa COPAM Nº 213, de 22 de fevereiro de 2017, que regulamenta a disposição**

do art. 9º, inciso XIV, alínea “a” e no art. 18, § 2º da Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para estabelecer as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental será atribuição dos municípios, e a Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, que estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locacionais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. **Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).** Minuta de deliberação normativa retirada de pauta com pedidos de vista, após apresentação pela FEAM nesta sessão. Transcrição integral solicitada pela Presidência. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós temos alguns inscritos. Só para passar para os senhores a nossa sistemática, haverá apresentação da FEAM, eu vou abrir a palavra, logo após, aos conselheiros, passo aos inscritos e depois retorno aos conselheiros e à equipe técnica e jurídica da FEAM para os debates. Então neste momento eu passo a palavra ao Arthur. Pois não, Arthur.” Arthur Ferreira Rezende Delfim/FEAM: “Boa tarde, senhor presidente, senhores conselheiros, senhoras conselheiras também. Conheço alguns de outras Câmaras Técnicas, mas aqui na Câmara Normativa e Recursal é minha primeira vez. Então prazer aos que eu não conheço ainda. Fico muito honrado por ter a oportunidade de participar deste debate. Senhor presidente, eu poderia compartilhar minha apresentação?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Fique à vontade, Arthur. Aproveito o momento para te dar boas-vindas no nosso Conselho. Seja bem-vindo, fique à vontade.” Arthur Ferreira Rezende Delfim/FEAM: “Obrigado, presidente... Pessoal, a alteração proposta para a Deliberação Normativa tanto a nº 217 e a 213 é específica e restrita aos códigos G-0207-1 e G-0103-1. São bem pontuais. Na verdade, passar um tempo um pouco maior aqui trazendo a fundamentação de todo o processo que culminou e me apresentando. Eu sou o Arthur, atualmente diretor de Apoio à Regularização Ambiental, da FEAM, e vim trazer aqui os fundamentos, tudo que nos levou a chegar aqui hoje com essa proposta que, obviamente, é de deliberação do Conselho. Estamos aqui para representar tecnicamente uma análise que nos foi motivada. E como fato motivador recebemos manifestações reiteradas de sindicatos, prefeituras municipais, associações, federações, alguns membros da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Tivemos também uma questão de incidência de autos de infração pela pura e simples ausência de licença ambiental em algumas fazendas, principalmente na região do Norte de Minas. Outro fato motivador que acabou acalorando todas essas proposições foi o advento da Deliberação Normativa nº 251/2024, que alterou o próprio código em tela, G-0103-1, que nós vamos tratar com mais detalhes, e incluiu o código G-0103-2, da Silvicultura, nessa nossa DN em questão. Quando essas demandas chegaram para nós, a gente estabeleceu algumas premissas para fazer essa apreciação, assim como todas as outras que chegam corriqueiramente aqui para nós. A primeira delas foi fazer uma análise técnica do cenário nacional e verificar o pleito, que de fato é a desburocratização focada apenas para pequenos e médios produtores rurais. Mais à frente a gente vai poder entender isso. E já trazendo para vocês com muita tranquilidade que isso não altera em teor, em qualquer outra instância, as exigências legais já regulamentadas tanto para intervenções ambientais, questões de supressão, outorgas de uso da água, reserva legal, CAR, regimento de APP, proteção das espécies especialmente protegidas, enfim, toda a legislação correlata. A proposta inicia com a ideia de atender essa requisição inicial, seria alteração da criação em regime extensivo e, principalmente, com a fundamentação voltada para a pecuária, que é o código hoje que tem o potencial poluidor geral M, e o porte dele para pequeno situa na faixa de 200 a 600; médio, 600 a 1.000 ha; e acima de 1.000 ha enquadra no porte grande. Fazendo um histórico, anteriormente, na DN COPAM nº 74/2004, o potencial poluidor para atividade em regime extensivo era enquadrado como pequeno; e no advento da atualização para a DN 217 passou a equiparar-se com o regime intensivo, muitas vezes tratado como confinamento. E os dois então passaram a ser considerados como potencial poluidor geral médio. E dentre os impactos listados na ocasião nós temos os potenciais efeitos de emissão de gás de efeito estufa, compactação do solo, que se mal manejado pode causar redução de infiltração da água, erosão, carreamento de sedimentos para cursos de águas adjacentes, dependendo da classe do solo; teor de umidade, espécie forrageira. Enfim, o que percebemos na literatura é que os impactos são notáveis, principalmente em manejos de baixa qualidade, da implantação e o acompanhamento dessa manutenção das pastagens. Em contraposição, nós temos que no regime intensivo, atualmente caracterizado na nossa DN como código G-0208-9, ele costuma ensejar cargas ambientais mais concentradas. Que inclui obviamente a geração desses dejetos em áreas muito mais reduzidas, pela obviedade de o próprio sistema tratar-se do confinamento dessas espécies em ambientes mais reduzidos. Então percebemos na literatura que sem o correto manejo, instalações estruturadas ou processos operacionais ambientalmente adequados esses dejetos podem se converter em focos de poluição, tanto de águas superficiais, subterrâneas e demais. E principalmente porque existe

97 essa preocupação com a concentração de carga orgânica, que demanda estruturas de contenção e tratamento, que  
98 aí sim ensinam um certo acompanhamento, um entendimento de adequação e que recai sobre as esterqueiras,  
99 lagoas de estabilização e biodigestores, justamente para evitar contaminação seja por uma alta concentração de  
100 nitratos, fósforos e, principalmente, patógenos nos recursos hídricos no caso de algum carreamento. Do outro lado,  
101 nós temos o regime extensivo, objeto de alteração dessa DN, dessa proposta, obviamente. E nós temos que o  
102 rebanho é criado em áreas mais amplas de pastagem, com baixa densidade animal por hectare, obviamente para  
103 o próprio pasto conseguir suportar, uma vez que o suporte primário vem do pasto nativo ou cultivado, a água do  
104 processo, da atividade, é basicamente utilizada para dessedentação dos animais; não costuma ter geração  
105 concentrada de efluentes líquidos, pela própria natureza da atividade; os resíduos dos animais são distribuídos  
106 naturalmente pelo pasto, incorporados ao solo, como um processo natural; e essa carga poluidora, por essa razão,  
107 é difusa; e no sistema extensivo caracteriza-se na literatura como significativamente menor. Outra relação que foi  
108 incluída nos nossos debates, que tivemos uma percepção que tem uma relevância social e econômica,  
109 especialmente para pequenos e médios produtores rurais, é base de subsistência e renda de inúmeras famílias,  
110 principalmente do que a gente acompanhou em mais detalhe na região do Norte de Minas, estima-se que cerca de  
111 90% da pecuária no Brasil seja conduzida em regime extensivo. Então em práticas extensivas bem manejadas nós  
112 costumamos encontrar baixo uso de insumos externos, ração concentrada, fertilizantes, antibióticos; menor risco  
113 de contaminação e a manutenção dessas áreas de pasto com cobertura vegetal, que ajuda a proteger o solo e  
114 favorece essa infiltração da água, mitigando aqueles riscos que vimos de assoreamento dos corpos hídricos. Aí  
115 tratamos de estabelecer alguns princípios jurídicos para nortear, por óbvio, o nosso trabalho, como é conduzido  
116 assim corriqueiramente aqui na FEAM, tratamos o princípio da razoabilidade, o princípio da proporcionalidade, o  
117 princípio da eficiência administrativa, tão debatido e bem-sucedido pela atual administração do governo, que exige  
118 a otimização, a responsabilidade com os recursos públicos. Ou seja, diante de uma possibilidade de adotar formas  
119 mais simples, desde que juridicamente e tecnicamente fundamentadas, nos casos de menor impacto é o  
120 desenvolvimento sustentável econômico que devemos percorrer. Temos ainda o advento da Lei Complementar  
121 140, que enfatiza a necessidade tanto de descentralização como de desburocratização. E o próprio artigo 1º da DN  
122 217, que limita-se ao licenciamento. Mas aqui estamos tratando diretamente do licenciamento. Eu abro um  
123 parêntese para mostrar que fico muito feliz de ter visto toda a movimentação ao nível de governo. E eu creio que  
124 isso é uma novidade que prestigia ainda mais esta CNR do COPAM de divulgar as pautas que serão tratadas  
125 justamente com o objetivo de trazer de fato essa participação de toda a população, de todos os interessados. Então  
126 cumprindo o parágrafo único de assegurar a participação pública. E também, como muito bem norteado pelo nosso  
127 trabalho, a preponderância do interesse público, a celeridade e a economia processual, logicamente sem abrir mão  
128 de qualquer medida de mitigação de impacto. Em relação ao cenário nacional, iniciamos com aquelas premissas  
129 que foram estabelecidas como a primeira atividade, para o regime extensivo – e aí notem que ainda não estamos  
130 falando do outro código de lavouras, aqui estamos tratando inicialmente do regime extensivo –, o contexto nacional  
131 revela que para o regime extensivo, Mato Grosso, Pará, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul são os mais  
132 representativos. Na produção de leite, que já trata de regimes de confinamento, as maiores produções, Minas  
133 Gerais lidera, seguida pelo Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Dentre os Estados citados – e aí confesso  
134 pessoalmente para minha surpresa e de demais técnicos que trabalharam nesse processo, apenas Minas Gerais e  
135 Goiás exigem o licenciamento ambiental para o regime extensivo. Em Goiás, o potencial poluidor já é considerado  
136 pequeno, dispensa licenciamento somente até 50 cabeças, mas é licenciado por meio de licença única para  
137 qualquer quantidade acima de 50 cabeças. E aí abro um parêntese aqui, obviamente que temos 27 Federações,  
138 entes federativos, podemos ter cometido algum equívoco, que somente em Minas Gerais são 870 atos infralegais  
139 que norteiam o nosso trabalho no âmbito do licenciamento. Alguma coisa pode haver, atualização normativa em  
140 outros Estados, mas isso eu já gostaria de deixar bem claro que, mesmo que trazido à tona posteriormente, a ideia  
141 dessa análise do cenário geral é nortear para entender o cenário macro de como isso é estabelecido tecnicamente  
142 e juridicamente nos outros Estados. Verificamos ainda que entre esses dois que pudemos confirmar o custo do  
143 licenciamento em Minas Gerais é mais alto que em Goiás. E aí principalmente pela ressalva da obrigatoriedade da  
144 exigência de EIA/RIMA, que é o estudo mais complexo para propriedade, para áreas úteis acima de 1.000 ha, no  
145 âmbito da agropecuária. Isso pode chegar a R\$ 35.000. E isso em momento algum será alterado, por óbvio, que  
146 tratando-se de uma decisão judicial resta a nós cumprir. Então, já desmistificando qualquer ponderação em relação  
147 a esse sentido, qualquer licenciamento acima de 1.000 ha ensinará a apresentação de EIA/RIMA, independente da  
148 atualização proposta aqui neste momento ou não. E aqui nós temos também uma outra ressalva que encontramos,

149 que no Rio de Janeiro também efetua o licenciamento dessa atividade, mas não figura como os principais  
 150 produtores nesse sentido. Então aqui somente uma tabela para ilustrar o que eu já apresentei, de modo mais  
 151 detalhado. Passamos então para uma análise comparativa em relação ao regime intensivo. Todos os Estados que  
 152 nós analisamos de preponderância nessa produção, no cenário econômico, principalmente, adotam o  
 153 licenciamento ambiental para a atividade, principalmente, de bovinocultura em confinamento e muitas outras em  
 154 regime de confinamento também. Então dentre outros Estados que adotam isso percebemos o critério potencial  
 155 poluidor alto somente para o Rio Grande do Sul, que classifica dependendo do porte da atividade, obviamente. No  
 156 Mato Grosso do Sul, pode variar de pequeno a grande, a depender do porte. O Estado de São Paulo concede essa  
 157 dispensa para criação menores que 5.000 cabeças. Nesse cenário percebemos que Minas Gerais figura até como  
 158 um dos, eu digo, maleáveis no sentido de dispensar o licenciamento para um número maior de cabeças, quando  
 159 compara com outros. Muito justificado também por ser o Estado que figura como o maior produtor de leite nesse  
 160 cenário do Brasil. Aqui somente para ilustrar, não vou repassar nem entrar em maiores detalhes, em respeito ao  
 161 tempo dos senhores conselheiros e senhoras conselheiras. Essa aqui é a tabela do que encontramos da necessidade  
 162 de licenciamento nos Estados do Brasil por regime intensivo. Aqui voltando à comparação, essa tabela do regime  
 163 intensivo e a tabela que elaboramos com a nossa pesquisa para o regime extensivo. A partir daí sinalizou para nós  
 164 que hipótese inicial, como toda boa hipótese científica deve ser tratada de forma isenta, ela se mostrou válida.  
 165 Então a partir daí, antes de até designar um estudo estatístico ou um levantamento de dados dentro do nosso  
 166 próprio sistema, nós preferimos trazer dados públicos de uma análise que está relacionada ao licenciamento  
 167 ambiental de Minas Gerais, correlacionada a uma tese de doutorado do pesquisador Luiz Teixeira, apresentada  
 168 numa palestra da Ufla, no dia 2/3/2023, logicamente corroborada por nós no âmbito dos aspectos macro. Mas aqui  
 169 mostrar também que não foi assim um levantamento que nós às vezes pegamos especificidade para mostrar. É um  
 170 cenário real, mostrado do que está disponível na planilha de consulta de decisões públicas, que nós temos esse  
 171 sítio eletrônico disponível. E como parte do doutorado o pesquisador trouxe alguns dados que eu achei muito  
 172 interessante. Então no período que ele avaliou, até 2023, o que estava disponível publicamente, eram basicamente  
 173 13.000 atos autorizativos, e a listagem G figurou como a mais preponderante de licenciamento executado ao nível  
 174 de Estado. Então mais de 4.000 processos no âmbito dessa listagem foram licenciados no período avaliado. E aí o  
 175 que chama atenção é que o próximo slide dele demonstra que quase 3.200, quase 3.300 atos autorizativos foram  
 176 enquadrados na modalidade de LAS/Cadastro, que é a mais simples praticada aqui, obviamente definida por este  
 177 Conselho, e ela não enseja nenhum tipo de análise técnica. No LAS/RAS, nós temos uma avaliação simplificada do  
 178 relatório. E aí uma participação muito baixa de enquadramento em atividades trifásicas, ainda que avaliadas as  
 179 fases de forma concomitante. E aí estratificando por cada tipo de atividade, lembrem-se que a nossa hipótese inicial  
 180 partiu do regime extensivo, mas, quando avaliamos esses dados, percebemos que o código G-0103-1, de culturas  
 181 anuais semiperenes e perenes, foi o líder de processo de licenciamento. E seguindo também a mesma  
 182 proporcionalidade de ensinar o LAS/Cadastro para mais de 1.600 processos dentro do que nós avaliamos. Se vocês  
 183 puderem visualizar, o LAS/Cadastro representa dentro de cada atividade a coloração azul. Em segundo lugar fica a  
 184 criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, bovinos, caprinos. Objeto do código G-02-07-0, de criação em  
 185 regime extensivo, que foi objeto da nossa hipótese inicial de alteração dessa DN. O confinamento nós percebemos  
 186 um volume muito baixo. Então traz o nosso enfoque para esses dois tipos de códigos. E aí nessa mesma pesquisa  
 187 esses dados aqui foram colocados, e essa divisão é pelas Suprams, à época, e nós percebemos uma concentração  
 188 de licenças emitidas, uma baixa concentração, principalmente na região do Norte de Minas. Não talvez pelo baixo  
 189 número de empreendimentos correlatos, mas alguma coisa nos levou a uma investigação. A primeira hipótese  
 190 levantada foi que pode ser que esses empreendimentos estejam funcionando primordialmente pela informalidade,  
 191 o que não é o objetivo, justamente um dos objetivos que buscamos com esse tipo de alteração aqui de convocar  
 192 voluntariamente todos os produtores para a formalidade. Mas outro aspecto que chamou muito a nossa atenção  
 193 foi que, obviamente, Minas Gerais tem uma extensão muito grande, sempre figuramos como o quarto Estado com  
 194 a maior extensão territorial no âmbito do Brasil, e essa divisão do Incra, um estudo publicado juntamente com o  
 195 IBGE – esses são os dados oficiais da plataforma, a gente consegue verificar que o tamanho dos módulos fiscais,  
 196 principalmente na região Norte de Minas, são os maiores que nós temos até então. Ali na região que nós temos  
 197 próxima de Buritizeiro, Pirapora, nós encontramos módulos fiscais de 70 ha, o que pela classificação do Incra  
 198 classifica como média propriedade aquelas que tenham até 1.050 ha, ou seja, 15 módulos fiscais. Daí que surge o  
 199 nosso parâmetro. Em amarelo, principalmente na região Norte, são muitos ali, majoritariamente, que são 65 ha,  
 200 ou seja, até 975 seriam enquadrados como médias propriedades. Daí surge a ideia de balizar, logicamente ligado à

201 premissa inicial da simplificação e desburocratização para pequenos e médios produtores, obviamente, não  
 202 necessariamente abrangendo os grandes produtores, e aí figurando nesse número de corte proposto de 1.000 ha.  
 203 Isso foi corroborado quando analisamos o cenário de São Paulo, que estabeleceu, pela resolução conjunta  
 204 SMA/SAA/SJDC nº, de 27/12/2011, que os projetos abaixo de 1.000 ha estavam dispensados de licenciamento no  
 205 âmbito de todo o regime agropecuário no Estado de São Paulo. Então foi mais um fato norteador para que  
 206 chegássemos na proposta aqui, que eu vos explicarei ao final. Então a proposta inicial, até antes de termos feito  
 207 todo esse trabalho com o código G-0103-1, era de verificar a possibilidade de simplificação do licenciamento  
 208 ambiental do regime extensivo, principalmente promovendo a alteração ou a volta do potencial poluidor de médio  
 209 para pequeno. Aí logicamente com base em todos os argumentos que já foram expostos. O objetivo seria  
 210 compatibilizar essa normativa ambiental mineira com a realidade da criação do regime extensivo, aliviar qualquer  
 211 tipo de desproporcionalidade, conservando o rigor no controle das atividades intensivas, que vimos que de fato é  
 212 uma vertente nacional nesse sentido; estimular, como já falei, a regularização ambiental voluntária dos produtores.  
 213 Essa reclassificação do regime extensivo encontra inclusive respaldo nas práticas regulatórias já adotadas nos  
 214 outros Estados. E diversos Estados com tradição, inclusive, de criação de animais de regime extensivo, classificam  
 215 em patamares de impacto menor, que, como a gente viu, o de Minas Gerais. Então a ideia seria, com o advento de  
 216 uma certa desburocratização, levar o enfoque da fiscalização aos critérios de preservação, que restam mantidos na  
 217 sua integralidade, como de APPs, reserva legal, zonas de proteção, que já são verificadas em campo por  
 218 sensoriamento remoto, mantendo-se intacta a exigência de cumprir o Código Florestal, o CAR, a necessidade de  
 219 outorga, de modo a não abdicar desse controle. Mas aí analisando aquela primeira proposta de somente alterar o  
 220 código G-0207-0, em todo o período – e aí já são dados oficiais nossos, da FEAM –, desde que temos o nosso sistema  
 221 informatizado de licenciamento ambiental, nós verificamos que o impacto seria muito baixo. Mas baixo em que  
 222 sentido? Dos 1.942 processos, 1.167 desse período de 4 a 5 anos se enquadram em LAS/Cadastro; 531 já se  
 223 enquadrariam em LAS/RAS; e apenas 244 – 13% desse total – são na modalidade de licenciamento trifásico, mas aí  
 224 com análise concomitante. O que percebemos é que, desses 244, 196 não alterariam qualquer tipo de modalidade  
 225 de licenciamento, porque eles têm uma área útil superior a 1.000 ha, ou seja, eles ensejam EIA/Rima, são  
 226 automaticamente enquadrados pelo nosso sistema como LAC 1; e apenas 48 processos seriam impactados se  
 227 propuséssemos essa demanda. E aí nós estamos falando de 48 processos: 2% do que representa nesses 4 a 5 anos.  
 228 E um dos grandes motivos foi porque a atividade de regime extensivo está intimamente ligada, em muitas  
 229 propriedades, a outros cultivos, e muitos deles talvez até para alimentar a criação, como lavoura de milho e tudo  
 230 mais. Então estando correlacionados, se a alteração não sai conjunta com o código G-0103-1, não se atinge o  
 231 impacto regulatório e perde-se o objeto do que fora proposto anteriormente. Então partimos para seguir o mesmo  
 232 rito de premissa em relação à alteração do G-0103-1, que trata de culturas anuais, semiperenes e perenes,  
 233 silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, que hoje é tratado com potencial poluidor degradador  
 234 geral M. E aí com apenas a alteração do potencial estabelecido para água, que hoje é M, se passasse para P, o geral  
 235 culminaria no potencial pequeno. E aí logicamente o porte acompanha o que está posto no regime extensivo pela  
 236 natureza das duas atividades ser semelhante. E assim logicamente já foi estabelecido pelo próprio Conselho no  
 237 âmbito da criação da DN 217. Então para tratar da importância também da agricultura nacional, notadamente na  
 238 produção da lavoura como grãos, culturas perenes, semiperenes, e aí já entramos com café, cana-de-açúcar, soja.  
 239 Hoje figuramos com a participação de mais da metade de receita, ao nível de Brasil, em relação ao café, vem do  
 240 Estado de Minas Gerais, principalmente pela característica nossa de ser mais adaptada para a espécie arábica, mas  
 241 também temos a espécie conilon em algum sentido. Mas isso geralmente é mais difundido no âmbito do Espírito  
 242 Santo, em outras regiões. E temos também uma representatividade grande no feijão. Geralmente, realizamos três  
 243 safras anuais, e aí com uma representatividade de 17% de Minas Gerais no cenário nacional. Fizemos o mesmo  
 244 exercício de avaliação do cenário nacional em relação a esse código. Aqui confesso que com um pouco mais de  
 245 dificuldade, porque trata-se de muitas especificidades. Por exemplo, em Amazonas existe um código específico  
 246 para produção de açaí e não para outras lavouras. Aí nós entendemos que são entendimentos regionais. Mas a  
 247 grosso modo, não de forma tão marcante, mas ainda absolutamente preponderante, vemos que Minas Gerais ainda  
 248 figura como um dos mais restritivos. Verificamos que a maioria dos Estados dispensa esse tipo de licenciamento.  
 249 Comunga com o que está proposto no novo PL da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, como uma vertente  
 250 nacional que devemos estar caminhando nesse sentido. Percebemos que o Amapá dispensa até 300 ha. O  
 251 Maranhão é bem restrito, dispensa somente até um módulo fiscal. O Ceará dispensa somente até 30 ha. Mas aí  
 252 logicamente não são representativos na economia e no desenvolvimento social e geração de empregos local. E aqui

253 em Minas Gerais dispensando somente até áreas úteis de 200 ha. O Pará até 4.000 ha, sistema agroflorestal e  
254 agrossilvipastoril. Paraíba, até 100; Paraná, 1.000. Chama atenção também para o Rio de Janeiro, que aí é bem  
255 restrito, nós vamos tratar dele posteriormente: até 30 ha. E São Paulo, como eu já pontuei, até 1.000 ha, que  
256 corroborou como um espelho, principalmente quando fizemos a avaliação do que seria uma média propriedade no  
257 âmbito da análise do Incra, dos módulos fiscais, e da realidade de onde queremos que os produtores estejam cada  
258 vez mais conectados à formalização, como no cenário do Norte de Minas que foi percebido. Como eu falei, o recorte  
259 do Estado do Rio de Janeiro, que traz uma peculiaridade que exige a apresentação de EIA/Rima para todos os  
260 empreendimentos com área superior a 200 ha, conforme o código CE-024, mas logicamente também uma atividade  
261 não tão preponderante no âmbito desse Estado. Em resumo – eu não vou me ater muito aqui aos pontos específicos  
262 –, eu destaco aqui novamente a resolução de São Paulo, que dispensa até 1.000 ha, sendo passível de apenas uma  
263 declaração de conformidade da atividade agropecuária; e acima de 1.000 somente passivo de licenciamento pela  
264 Cetesb, sem uma obrigatoriedade específica de apresentação de EIA/Rima, como acontece em Minas Gerais e vai  
265 permanecer, independente de qualquer tipo de alteração nessa DN, uma vez que ela emerge de uma ação civil  
266 pública e uma decisão de Justiça. Então os dados apontam, como eu falei, para uma certa discrepância dos ritos  
267 adotados aqui no Estado quando a gente evidencia que a maioria dispensa. Essa proposta normativa visaria  
268 promover a desburocratização, a redução do tempo e custo, logicamente, de regularização, sem comprometer o  
269 controle ambiental, como vamos ver um pouco mais à frente. Para isso também realizamos um exercício de  
270 entendimento da similaridade técnica entre essas duas atividades propostas, até como sinergia também se  
271 deveríamos ou não propor para este Conselho, de uma forma simultânea, essa alteração regulatória desses dois  
272 códigos. E um grande destaque que verificamos na literatura é a natureza difusa desses impactos. Aí trago o  
273 exemplo de uma siderurgia, por exemplo, que se em ambiente urbano dispensa qualquer tipo de reserva legal, por  
274 obviamente apresentação de CAR e tudo mais. Tem um impacto muito concentrado face à contraposição do que  
275 observamos nesses dois códigos aqui em tela, que têm essa natureza difusa dos impactos. Ou seja, por mais que a  
276 gente tente avaliar, o tipo de impacto é padronizado pela área de implantação desse tipo de empreendimento. E  
277 eles em geral tendem a não produzir efluentes pontuais ou como os resíduos industriais concentrados, exceto no  
278 âmbito das estruturas de beneficiamento de cada propriedade. Aí logicamente correlato a cada uma das culturas.  
279 Mas de forma geral na literatura o controle ambiental deverá se dar por boas práticas de manejo e conservação.  
280 Então aqui somente para ilustrar o trabalho que realizamos, em relação à comparação técnica de como essa sinergia  
281 ou similaridade ocorreria entre esses dois códigos, aí tipo de ocupação do solo, as fontes de impactos principais,  
282 geração de efluente líquido de forma pontual ou não; se necessita ou não de estruturas de contenção, qual seria o  
283 nível de dependência de recursos hídricos. Aí chama atenção que para o cultivo de lavoura emerge a captação para  
284 irrigação, mas toda a infraestrutura ainda permanecerá dependente de licenciamento, com códigos atrelados  
285 especificamente para isso. Então se o empreendimento, logicamente, para não ser autuado por fragmentação, se  
286 ele pratica esses dois tipos de atividade, ele ainda permanece sujeito ao licenciamento ambiental, principalmente  
287 ligado às estruturas de irrigação. E obviamente isso também é sujeito e avaliado no âmbito da outorga. E aí o mesmo  
288 acontece para a pecuária e criação de animais. Mas nesse caso, como tratamos, principalmente correlacionado à  
289 dessedentação desses animais, e por vez o procedimento é bem simplificado, de uso insignificante. Temos também  
290 similaridade entre os instrumentos florestais obrigatórios e a ação civil pública, conforme reiterado aqui algumas  
291 vezes. Então como consideração final a salvaguarda de toda essa alteração seria a manutenção para essas  
292 atividades logicamente da obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural, do CAR, da validação de reserva legal e  
293 área de preservação permanente, conforme a legislação do Código Florestal correlato; outorga de uso da água para  
294 irrigação ou dessedentação ou cadastro dos usos insignificantes, conforme legislação correlata; autorização para  
295 qualquer tipo de intervenção ambiental, ou seja, desmistificando qualquer tipo de posicionamento de expansão  
296 desenfreada da fronteira agrícola, porque obviamente vai precisar de algum procedimento de intervenção, como  
297 todos os outros já são. E pelo que vimos no regime de enquadramento simplificado todos já são majoritariamente  
298 regularizados no âmbito do Instituto Estadual de Florestas. Temos também a questão da proibição, controle de  
299 queima por meio de portarias e as leis de proteção especial à flora no âmbito do Estado de Minas Gerais, que  
300 permanecem intactas sem qualquer alteração no âmbito dessa deliberação. E agora também, fazendo algumas  
301 considerações finais, a ideia que seria a equivalência de potencial poluidor entre essas duas atividades, que pela  
302 proposta passariam a ser de potencial pequeno, justamente para uma racionalização e alinhamento com a prática  
303 nacional, por meio dessa simplificação. Mitigar essa simetria regulatória. Se a gente altera só um código teria uma  
304 simetria dentro do próprio Estado. Logicamente, isso faz parte de um dos primeiros projetos de alteração de DN.

Temos outras análises em andamento, que inclusive a ideia de governo é trazer participação popular para todas elas e sempre ressaltando o dever com o desenvolvimento socioeconômico do Estado, sem abrir mão de qualquer controle ambiental. Então adequação, como eu já falei, a tendência do PL da Lei Geral do Licenciamento, que hoje está em fase final de apreciação por meio da Câmara dos Deputados, já passou pelo Senado, voltou para os deputados em relação às emendas inseridas. E aqui essa manutenção da exigência eu vou trazer no próximo slide. Resumindo toda a tentativa de fala, que é trazer uma coerência normativa, proporcionalidade regulatória e eficiência administrativa, tão prezadas pela nossa gestão. Então aqui reiterando mais uma vez a ação civil pública instituí que o EIA/Rima deve ser exigido no licenciamento ambiental de projetos agrossilvipastoris. Aí engloba todas as listagens G, excetuando a silvicultura, conforme celebração do novo acordo, em 11 de julho de 2024, entre Minas Gerais e o Ministério Público. Inclusive culminou na mencionada DN 251, que teve aquela alteração também no código em tela, G-0103-1. Antes de passar para quais seriam as alterações no texto no detalhe, eu trago o destaque, obviamente, que o licenciamento faz parte do instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme a Lei 6938/1981, e o que estamos propondo aqui é puramente regido por esse ato, que seria a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, destacando novamente a adequação para a Deliberação Normativa 217, que também traz essa questão da preponderância do interesse público, a celeridade e economia processual. Destaco ainda que isso está inerente à minha função de uma forma puramente técnica, objetiva e de cunho científico frente às demandas que chegam aqui, logicamente por toda uma equipe, que fez esse trabalho de forma conjunta. E aqui só ressaltar que essas atividades – para mim foi bem marcante em alguns momentos verificar isso –, a restrição do acesso ao crédito, que muitas vezes, para nós aqui, o LAS/Cadastro, ‘ah, mas é muito simples, você consegue isso aí rapidinho’... Existe o desconhecimento muito grande, principalmente do que vimos na realidade do Norte de Minas, da necessidade. Eu chamo atenção que hoje existe uma restrição de acesso ao crédito para aqueles que não apresentam licença ambiental e estão sujeitos a ela. Então muitos desses empreendedores, por mais que tenham pouco gado numa área útil grande, às vezes estão até passando por um momento de crise, não conseguem fazer esse acesso, mesmo que seja por meio de um LAS/Cadastro. E são atividades que existem fatores externos e temporais que são um pouco incomuns em relação ao que observamos, principalmente no contexto urbano. Por exemplo, setembro agora vencem muitos custeios de safra, os que os produtores fizeram no ano passado, e aí eles precisam muitas das vezes de uma renovação, precisam dessa regularidade, e isso tem impactado o desenvolvimento social e econômico em algumas ocasiões, principalmente quando encontramos empreendimentos com todos os atos acessórios regulares e carentes apenas no âmbito do licenciamento. E por meio de um LAS/Cadastro não conseguiríamos trazer uma efetividade de mitigação de impacto, por carecer de uma análise técnica, como a própria natureza do ato traz. E aí chama atenção que tivemos um advento do frio incomum nesses últimos dois dias, eu vi alguns posts: ‘Ah, está difícil trabalhar, está difícil ir à academia...’ Peço perdão até pela colocação um pouco mais cômica, presidente, mas muitos desses produtores, a preocupação deles foi nem dormir com o medo da geada que pode assolar as produções, que estavam com essa expectativa, isso ensejaria uma necessidade de crédito que talvez pode ser impedida pela falta de alguma questão de licenciamento ambiental, enfim. Então a proposição seria bem simples e direta, como eu falei: alteração da redação da Deliberação Normativa nº 217 no código G-0207-0, passando o potencial poluidor de M para P geral, com alteração no impacto de ar e água; e alteração do porte das propriedades de modo a atender as premissas previamente estabelecidos de atender os pequenos e médios produtores com a dispensa de licenciamento. Aqui nós temos a alteração da atividade G-0103-1, com potencial M para P também, seguindo a mesma lógica de alteração de porte. Aqui alterando apenas o potencial poluidor da água de M para P. E isso ensejaria a exclusão dos códigos correlatos, tanto para a atividade G-0207-0 quanto para a G-0103-1 da DN 2013, que trata das competências do licenciamento municipal. Uma vez que todo licenciamento passaria a ser sujeito a esse processo a partir de então, logicamente caso aprovado aqui por este ilustre Conselho, eles seriam enquadrados diretamente na modalidade de LAC 1, com a necessidade de apresentação de EIA/Rima. E aí se pairar algum tipo de questionamento em relação assim ‘mas isso não está escrito na DN 217’, perfeitamente, como nunca esteve e sempre exigimos, assim como fazemos com todos os outros demais atos infralegais. Ou seja, hoje o nosso sistema de licenciamento ambiental absorve diversos atos normativos, não é uma tradução literal do que está contido na DN 217, e obviamente qualquer tipo de decisão judicial é acatada instantaneamente pela nossa gestão e assim como sempre foi, como deve ser. E além disso o artigo 5º trata que aplica essas alterações promovidas aos processos formalizados a partir da sua vigência, e como regra de transição aqueles que estejam sob análise que passarem a se enquadrar na faixa de dispensa serão arquivados. Agradeço mais uma vez, presidente, fico muito honrado, principalmente no âmbito dessa participação

357 que teremos e me coloco à disposição para quaisquer dúvidas que forem necessárias.” Presidente Yuri Rafael de  
358 Oliveira Trovão: “Antes de mais nada, quero agradecer a apresentação do Arthur, uma apresentação minuciosa  
359 colocando todos os nuances que levaram à alteração da proposta normativa. Parabéns, Arthur, pela apresentação.  
360 Nós vamos precisar do senhor aqui ainda aqui nos debates. Eu vou passar a palavra ao Conselho e logo em seguida  
361 eu passo a palavra aos inscritos. Pois não, Pedro.” Conselheiro Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis/MMA:  
362 “Presidente, o MMA gostaria de pedir vista dos autos, se possível, em razão da necessidade de se aprofundar os  
363 estudos dessa propositura, que foi apresentada pelo colega da FEAM, para que possamos garantir que essas  
364 mudanças não representarão uma perda da qualidade ambiental e proteção ambiental que se representa via  
365 licenciamento ambiental das atividades que foram discutidas agora.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok,  
366 Pedro. O pedido de vista, conforme previsão do Regimento, Deliberação Normativa 247, é justificado. O Pedro já  
367 justificou a solicitação do pedido de vista. Sendo pedido de vista, o pedido de vista está sendo deferido ao  
368 conselheiro. Só questiono se algum dos outros conselheiros quer fazer o pedido de vista em conjunto.” Conselheiro  
369 Henrique Damásio Soares/Faemg: “Presidente, obrigado pela oportunidade. Nós vamos fazer o pedido de vista,  
370 mas não é em conjunto com o MMA. Pelo motivo, achamos muito interessante a apresentação do Arthur, deixou  
371 muito claro que essa alteração não irá de forma alguma prejudicar as questões ambientais do nosso Estado, onde  
372 nós temos uma proteção ambiental muito grande a partir do momento que os produtores rurais cumprem as  
373 premissas do Código Florestal, tanto a Lei 12.651 como a Lei 20.922. Mas em virtude do pedido de vista do  
374 representante do Ministério do Meio Ambiente a Faemg também solicita essa vista. Muito obrigado.” Presidente  
375 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, conselheiro. Quando eu falei vista em conjunto, Henrique, vista em conjunto é  
376 assim: quem quer vista do processo para apresentar no retorno. Dr. Thiago, pois não.” Conselheiro Thiago Augusto  
377 Vale Lauria/MPMG: “Senhor presidente, muito obrigado. Dada a peculiaridade do Ministério Público, que por  
378 orientação da Corregedoria faz com que nós devemos nos abster da votação, eu queria apenas aqui colocar de  
379 maneira bem rápida a nossa oposição em relação à resolução que foi apresentada, tendo em vista que ela a nosso  
380 ver viola a Resolução 01/86, do Conama; e por essa razão, tendo em vista que os órgãos estaduais somente podem  
381 legislar em matéria ambiental para aumentar a proteção e jamais para conseguir um retrocesso em matéria  
382 ambiental, o posicionamento do Ministério Público neste momento seria contrário à aprovação. Deixo apenas aqui  
383 para registro, porque, como eu disse, por conta do nosso órgão correcional, não posso fazer a votação  
384 posteriormente e tenho que me abster. Muito obrigado pela palavra.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
385 “Agradeço, Dr. Thiago. Lembrando aos conselheiros e aos inscritos, a gente não abre discussão. Eu abri aí a palavra  
386 ao Dr. Thiago para sua manifestação, mas nós não teremos discussões nem debates neste momento e nem ouvirei  
387 os inscritos, uma vez que foi solicitada vista. Dra. Danielle e Adriano, vista também em conjunto?” Conselheira  
388 Danielle Maciel Ladeia Wanderley/Fiemg: “Sim, senhor presidente, eu gostaria de solicitar vista em conjunto com  
389 a Faemg.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só justifique brevemente, doutora.” Conselheira Danielle  
390 Maciel Ladeia Wanderley/Fiemg: “Para que eu possa entender melhor as questões que foram apresentadas pela  
391 FEAM.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Adriano.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta/CMI:  
392 “Vista também, senhor presidente, na mesma linha de aprofundar a análise da deliberação normativa e entender  
393 a pertinência dela. Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Mais algum conselheiro solicita vista  
394 em conjunto?” Conselheiro João Carlos de Melo/Ibram: “Senhor presidente... Eu gostaria de solicitar pedido de  
395 vista também em conjunto com a Fiemg e em conjunto com os demais que fizeram a solicitação agora recente.  
396 Obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só justifique, João, brevemente, por favor.” Conselheiro João  
397 Carlos de Melo/Ibram: “Senhor presidente, a minha origem é origem rural. Conheço relativamente bem todos os  
398 percalços que agricultores... Tem uma apreensão muito específica em relação à série de situações, notadamente  
399 Minas Gerais, notadamente na região do Cerrado, notadamente na região Norte. E consequentemente, por saber  
400 mais ou menos como ocorre tudo isso, eu gostaria de ter uma efetividade no que está sendo processado. E fico  
401 muito contente nessa abertura que foi dada aqui para que haja mais esclarecimento nesse sentido, senhor  
402 presidente. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Mais algum conselheiro acompanha?  
403 Então anotado aqui: vista em conjunto MMA, Faemg Fiemg e CMI... E Ibram. Pedro, pois não.” Conselheiro Pedro  
404 Paulo Ribeiro Mendes de Assis/MMA: “Presidente, eu queria só complementar minha justificativa pelo pedido de  
405 vista. É que o Gabinete do Ministério do Meio Ambiente em Brasília recebeu ofícios de entidades de classe  
406 temerosas com essa questão que essa mudança de DN poderia trazer uma perda da qualidade ambiental com a  
407 dispensa do licenciamento. E também de representantes do Poder Legislativo de Minas Gerais. As entidades de  
408 classe, especificamente, o Conselho Regional, da 4ª Região, de Biologia, Conselho Regional de Biologia da 4ª Região;



e a própria Associação de Servidores do Sisema, que também enviou o e-mail pedindo que houvesse esse pedido de vista, para poder se aprofundar mais nos estudos, para poder ter uma dialética aqui no momento de votação, que se ponderem ambas as partes, ambas as discussões de todos os lados e entendimentos possíveis, para ter uma votação o mais justificada e legítima possível. Apenas isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Que fique registrado. Vou solicitar que faça a transcrição na íntegra desta reunião, porque aí todas as justificativas ficam contidas. Senhores conselheiros, não havendo mais nenhum pedido de vista, eu já informo: aqueles que se inscreveram para se manifestar nesse processo, não vou ouvi-los. Nós não abrimos debate em virtude do pedido de vista. Isso está na Deliberação Normativa COPAM 247. Caso tenham interesse, deverão obrigatoriamente se inscrever na próxima reunião. O processo volta agora no final de julho, o processo retorna no dia 24 de julho. Então aí os interessados deverão se inscrever novamente.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL E APROVAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DECORRENTE DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO MÉDIO OU AVANÇADO DE REGENERAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA LOCALIZADOS EM ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, NÃO VINCULADOS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. 7.1) Leonardo Piccolotto Magalhães. Distrito de Monte Verde. Camanducaia/MG. PA/SEI/Nº 2100.01.0046408/2023-36. Tipo de Intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo. Área Requerida: 0,0225 ha. Área Passível de Aprovação: 0,0225 ha. Fitofisionomia: Floresta Ombrófila. Estágio de Regeneração: Avançado. Apresentação: URFBio Sul. Recurso deferido por unanimidade nos termos do parecer da URFBio Sul. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, Crea, Segov, PMMG, MMA, AMM, Faemg, Fiemg, Ibram, CMI, ACMinas, Zeladoria do Planeta, Amliz, Senar, Abenc e SME. Abstenção: MPMG. Ausência: ALMG. Justificativa de abstenção. Conselheiro Thiago Augusto Vale Lauria/MPMG: “Eu me abstenho por orientação da Corregedoria.” **8) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.**

---

#### APROVAÇÃO DA ATA

---

**Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
**Presidente suplente da Câmara Normativa e Recursal**